



Índios e quilombolas são recebidos com bala de borracha em Brasília

O objetivo era chegar em Brasília para cobrar providências sobre os cortes na Bolsa Permanência, que auxilia estudantes indígenas e quilombolas alunos de universidades federais. A defesa da demarcação de terras e a recuperação do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Sistema Único de Saúde (SasiSUS), extinto em março pelo governo de Jair Bolsonaro, eram também pautas dos povos quilombolas e indígenas que estiveram na capital federal na última terça-feira (4). A mobilização ocorreu dois meses após o acampamento Terra Livre, realizado em abril, também na capital federal. Porém, as coisas não saíram como os quilombolas e indígenas esperavam, e eles foram recebidos pela polícia militar com bombas de gás e balas de borracha.

“Estávamos reivindicando nossos direitos na saúde, a bolsa permanência, a educação dos povos indígenas, fazendo nosso ritual. Os policiais chegaram e sacaram spray de pimenta, não só em mim, como também em outros parentes que estavam cantando. Saímos correndo, sem saber como reagir, de uma forma que nos deixou incapacitados de continuar nossa manifestação. Fica como um desprezo para nós. A gente veio reivindicar em paz, não veio atrás de guerra”, explica Acauã Pataxó, em reportagem de Beatriz Drague Ramos, na Rádio Brasil Atual.

Ao todo, cerca de 300 indígenas e quilombolas estiveram em Brasília para reivindicar pautas e

demandas apontadas no acampamento de abril. Assim como Acauã Pataxó, a repressão policial deixou outros indígenas feridos, que foram encaminhados para o hospital.

“Alguns estudantes já estão pensando em voltar pra casa, porque a gente precisa pagar aluguel, pagar alimentação e transporte, fora os custos num grande centro urbano, que é muito caro. Então a gente preciso disso para se manter”, explica o quilombola João Batista, aluno na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Segundo ele, desde 2018 os estudantes não estão recebendo a Bolsa Permanência, uma importante ajuda para indígenas e quilombolas manterem os custos com alimentação, moradia e transporte enquanto cursam a universidade.

João Batista explica que os estudantes que não tinham a Bolsa Permanência, recebiam, por algum tempo, um auxílio emergencial, até ganhar a bolsa. Porém, com os cortes na educação, algumas universidades já anunciam que só terão o recurso do auxílio emergencial até julho. “É um direito que a gente já conquistou, sendo perdido, sendo levado por esse governo”, lamenta João Batista.

Debate

Os frequentes ataques contra os povos indígenas é um dos temas do Fórum Teka Porão, que acontece até esta sexta-feira (7), no Auditório Lupe Cotrim, da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

O encontro reúne lideranças indígenas de várias regiões do país, antropólogos e movimentos sociais.

Entre os temas em discussão, estão a demarcação de terras e sua importância para a cultura e a sobrevivência dos índios, assim como os próprios direitos constitucionais dos povos indígenas.

“É lá dentro que está a essência desses povos, a espiritualidade, as medicinas tradicionais, os rios que produzem o pescado para poder se alimentar, que produz o alimento sem agrotóxico para poder garantir a vida dessas pessoas. Então queremos discutir que esse território tem que ser também um sujeito de direitos”, afirma Ninawá Huni Kui, presidente da Federação Povo Huni Kur, em reportagem de Jô Miyagui, da TVT

VENHA PARA A
GREVE GERAL
DIA **14 DE JUNHO**

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
PELA REVOGAÇÃO DA EC 95 (REVOGA O TETO)
CONTRA OS CORTES NO SETOR PÚBLICO


SINDSEP
 MARANHÃO
 Nenhum direito a menos





STF vota a favor de privatizar subsidiárias de estatais sem aval do Congresso

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nesta quinta-feira (6) que para vender estatais, como Petrobras e Eletrobras, o governo precisa da aprovação do Congresso Nacional. Mas, entenderam que a venda de subsidiárias, como refinarias de petróleo e distribuidoras de energia, e empresas controladas podem ser feitas sem aval do legislativo.

Votaram contra a exigência de aprovação do Congresso para a venda de subsidiárias, os ministros Alexandre de Moraes, Luis Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Luiz Fux, Gilmar Mendes, Marco Aurélio. A favor da aprovação de que essas vendas sejam feitas somente após os parlamentares aprovarem, votaram Ricardo Lewandowsky, Rosa Weber e Edson Fachin.

O STF terminou nesta quinta julgamento iniciado na semana passada de Ações Direitas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam o direito do governo federal de vender estatais e suas subsidiárias sem autorização do Congresso Nacional e, também, o de vender ações das empresas públicas, mistas e subsidiárias sem um processo de licitação.

A primeira votar foi a ministra Cármen Lucia, que foi favorável à venda das subsidiárias sem aprovação do Congresso, mas votou pela necessidade de lei na venda de estatais. Segundo ela “há a necessidade de exigência de aval do

Legislativo apenas para alienar estatais, não as subsidiárias dessas empresas”.

Já no caso da necessidade de licitação para venda de ações, Cármen Lucia foi categórica: “A lei de licitação é exigida para se cumprir os princípios da legalidade, moralidade e, sem isso não temos um Estado com ética. Licitação é exigida sempre”.

O segundo voto, da ministra Rosa Weber, foi dúbio. Ela votou favoravelmente à necessidade de aval do Congresso para a venda de subsidiárias das estatais. No entanto, disse que no caso da Petrobras, esse tipo de autorização já existe, pois a própria lei que autorizou a criação da empresa matriz pode ter autorizado previamente a venda de suas subsidiárias.

No caso da necessidade de licitação para a venda de ações das estatais, Rosa Weber também foi dúbio. Ela disse que um procedimento competitivo que resguarde os princípios constitucionais já seria suficiente. Apesar de suas considerações, seu voto foi considerado favorável as ADIs, com ressalvas.

O terceiro voto foi do ministro Luiz Fux que fez um discurso em defesa da livre iniciativa, dizendo que “a tutela estatal das empresas não deu certo e que houve corrupção endêmica”. Ainda segundo o ministro, pelo amor que tem à coisa pública, ele autoriza a alienação que trará recursos ao país. Fux também defendeu o sigilo das operações, que segundo ele, já são fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E votou contra

tanto à necessidade do aval do Legislativo para a venda de subsidiárias e da licitação para venda de ações.

Com o voto de Fux, o placar no STF ficou em 4 a 3 a favor da venda das subsidiárias, sem necessidade do aval do Congresso Nacional. No caso das licitações em 4 a 4.

Gilmar Mendes proferiu o quarto voto do dia. Ele referendou em parte a medida cautelar: “voto no sentido referendar parcialmente a ADIN 5264, que a venda de ações de empresas públicas exige prévia autorização legislativa, sempre que houver perda de controle acionário. Mas, é dispensável essa autorização quando a lei criadora da estatal já permitir a criação de suas subsidiárias”.

Já sobre a venda de ações das empresas públicas, mistas e subsidiárias sem um processo de licitação, Gilmar Mendes disse que existem leis que já garantem a lisura dos processos de alienação, e, por isso, não vê obrigatoriedade de uma licitação.

O ministro Marco Aurélio referendou a cautelar em relação à necessidade de uma lei para a venda das estatais, mas não em relação às subsidiárias. Ele também defendeu que a venda de ações depende da licitação.

Até o fechamento desta edição faltavam os votos do ministro, **Celso de Mello** e do presidente da Corte, **Dias Toffoli**.

*Escrito por: Rosely Rocha
Portal CUT*